



NARRADORES DE SANTANA: A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE UMA COMUNIDADE RURAL SOBRE OS IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO OITICICA – JUCURUTU/RN

SANTANA NARRATORS: THE PERCEPTION OF RESIDENTS OF A RURAL COMMUNITY ON THE IMPACTS OF CONSTRUCTION OF THE OITICICA RESERVOIR – JUCURUTU/RN

Mirrayla Campos Feitosa Lacerda¹, Ramiro Gustavo Valera Camacho², Josiel de Alencar Guedes³

¹Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. <https://orcid.org/0000-0003-2209-133X>. E-mail: mirraylalacerda@alu.uern.br

²Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. <http://orcid.org/0000-0003-3139-0067>. E-mail: ramirogustavo@uern.br

³ Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. <http://orcid.org/0000-0001-6436-563X>. E-mail: josielguedes@uern.br

Resumo

As construções de reservatórios são imbuídas de fortes discursos ideológicos, projetando a ideia de que os ganhos obtidos compensam os prejuízos do alagamento de grandes áreas e transferências compulsórias das populações para outros locais, dos quais, em muitos casos, não têm conexão identitária com os sujeitos. A partir dessa constatação, este trabalho tem como objetivo compreender a percepção dos moradores sobre a implementação do reservatório de Oiticica, localizado no município de Jucurutu/RN. Para tanto, foram necessárias visitas ao campo realizadas em momentos distintos, para registros de imagens dos locais estudados, coletar informações sobre o empreendimento e a comunidade, estabelecimento dos primeiros contatos com os habitantes do núcleo populacional e aplicação das entrevistas, estas que foram gravadas e seguiram um roteiro semiestruturado, composto por perguntas geradoras. O material coletado foi analisado segundo o método fenomenológico. Os resultados mostraram que os moradores de Barra de Santana, motivados pelo discurso “da necessidade do reservatório, para a segurança hídrica”, consideram o empreendimento com um benefício, entretanto eles destacam que seus direitos estão em segundo plano, pois todas as conquistas obtidas por eles vieram através das mobilizações feitas por eles próprios, mesmo assim, ainda existem problemas a serem sanados. Isso reflete uma um contexto dual, pois no que diz respeito às partes envolvidas, há de um lado a fala desenvolvimentista do governo e de outro uma população dividida entre as benesses e o impacto provocado em suas realidades.

Palavras-chave: Reservatório. Atingidos por Barragens. Percepção. Desterritorialização. Impactos.

Abstract

The constructions of reservoirs are imbued with strong ideological discourses, projecting the idea that the gains obtained outweigh the losses of flooding large areas and compulsory transfers of populations to other locations, which, in many cases, have no identity connection with the subjects. From this finding, this work aims to understand the perception of residents about the implementation of the Oiticica reservoir, located in the city of Jucurutu/RN. For this purpose, field visits carried out at different times were necessary, to record images of the studied places, collect information about the enterprise and the community, establish the first contacts with the inhabitants of the population nucleus and apply

the interviews, which were recorded and followed a semi-structured script, composed of generative questions. The collected material was analyzed according to the phenomenological method. The results showed that the residents of Barra de Santana, motivated by the discourse “of the need for the reservoir, for water security”, consider the project with a benefit, however they emphasize that their rights are in the background, as all the achievements obtained by them came through their own mobilizations, even so, there are still problems to be resolved. This reflects a dual context, as with regard to the parties involved, there is, on the one hand, the government's developmental speech and, on the other, a population divided between the benefits and the impact on their realities.

Keywords: Reservoir. Affected by Dams. Perception. Desterritorialization. Impacts.

Introdução

Os entraves existentes entre o desenvolvimento e os impactos gerados, não somente ao meio ambiente, mas também ao patrimônio imaterial das sociedades revela inúmeras discussões sob variadas óticas. Esta pesquisa tem como objetivo abordar os impactos socioeconômicos e culturais advindos da construção do reservatório de Oiticica, localizado no município de Jucurutu/RN, a partir dos relatos de moradores do distrito Barra de Santana, que será completamente submerso ao final das obras.

As construções de barramentos são carregadas de fortes discursos ideológicos, que projetam a ideia de que os ganhos compensam os eventuais prejuízos do alagamento de grandes áreas e transferências compulsórias de populações para outros locais, por vezes, distantes da área de origem (AZEVEDO; *et. al*, 2018), além das perdas patrimoniais desses lugares.

O Artigo 216 da Constituição Federal estabelece como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, de ordem coletiva ou individual, dotados de referência à identidade, à ação e à memória social (BRASIL, 1988), que diz respeito às formas de viver e criar. Os territórios tradicionais, as manifestações culturais, o imaginário local e o sentimento de pertença são parte do elo entre o homem e o território, pois perder esses elementos significa perder sua territorialidade (CASTRO, 2011).

No caso de Barra de Santana, ocorrerá a perda daquilo que Saïd (1990) chamou de “geografias imaginárias”, pois a identidade que origina das relações cotidianas com o lugar será rompida durante o processo de desterritorialização da comunidade para sua reterritorialização em um novo local. Vemos nesse ponto que o território pode adquirir uma conotação subjetiva e simbólica, que tende a confundir-se com o conceito de lugar, afinal, como podemos vivenciar o lugar sem experienciar o poder? A identificação cultural, gera poder, ainda que simbólico.

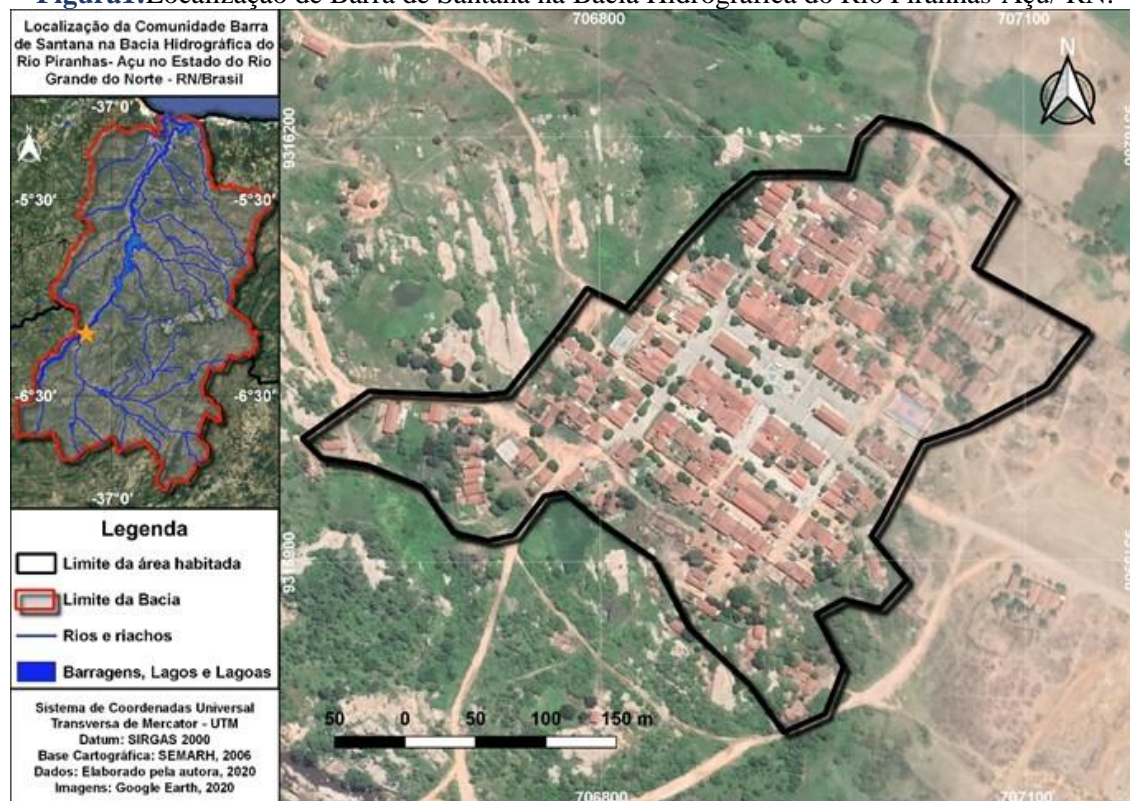
Haesbaert (2001) nos aponta duas concepções para o território: jurídico – política que corresponde ao espaço delimitado e controlado por um poder político; e uma concepção cultural, baseada na subjetividade, onde o território é o produto da valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço. Nesse sentido, a construção de Oiticica pode ser entendida como um elemento da representação do poder do Estado, mas também como uma ruptura no poder simbólico exercido pelos moradores de Barra de Santana, a partir da determinação da expropriação da comunidade e conseqüente perda de suas relações identitárias e afetivas com o lugar. Notamos, assim, que o território como instrumento de poder se tornou maior que o território de valor.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é conhecer a percepção dos moradores da comunidade de Barra de Santana acerca da construção do Reservatório de Oiticica – Jucurutu/RN e a conseqüente remoção deste núcleo populacional ao final das obras do empreendimento.

Procedimentos metodológicos

Para desenvolvimento da pesquisa, foram realizados quatro estudos de campo. Nas duas primeiras visitas, realizadas nos meses maio e julho de 2020, foram coletadas imagens e informações da construção do reservatório de Oiticica e do distrito de Barra de Santana (Figura 1), respectivamente aos meses mencionados. Em novembro de 2020, durante outra observação *in loco*, foram coletadas imagens do cemitério do distrito. É importante destacar que durante as três primeiras visitas foram estabelecidos os primeiros contatos (de modo informal) com os habitantes do distrito, estes que são os sujeitos desta pesquisa.

Figura 1: Localização de Barra de Santana na Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu/ RN.



Fonte: Google Earth. Organizado por Mirrayla C. F. Lacerda, 2020.

O distrito de Barra de Santana, pertencente ao município de Jucurutu/RN, na região Seridó do estado, está totalmente inserido na área de inundação do reservatório de Oiticica, será completamente submerso, a população vive a expectativa de sua remoção desde 2013, ano de início das obras. O empreendimento tinha previsão de entrega no ano de 2015, paralizações, irregularidades, verbas insuficientes, protestos por parte da população afetada, entre outros problemas contribuíram para o atraso na conclusão das obras de nova Barra de Santana e do reservatório.

O núcleo populacional é composto por 245 famílias, distribuídas entre uma pequena zona urbana e uma zona rural. Na área urbana, se encontra o maior adensamento populacional, e são

desenvolvidas as atividades comerciais, religiosas e culturais da comunidade. Os moradores não sabem precisar a data dos primeiros habitantes da localidade, mas afirmam que a comunidade existe há mais de 150 anos.

Para conhecer a percepção dos moradores de Barra de Santana, acerca da construção do Reservatório e de seus impactos, foram realizadas 15 entrevistas gravadas, a partir de roteiros semiestruturadas, que após aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, foram aplicadas no dia 18 de junho de 2021, respeitando as medidas sanitárias impostas pelo momento pandêmico mundial, apenas um representante por família foi ouvido. As mesmas medidas foram determinantes para a amostragem adotada.

Para ter acesso aos moradores, contamos com a colaboração de um dos participantes ativos no processo de negociação com a comunidade e pela proximidade que tem com seus pais, que conversou conosco informalmente nos acompanhou durante as visitas.

Por ser uma pesquisa fenomenológica buscamos, através das contribuições dos moradores, compreender o caso estudado a partir da subjetividade, considerando a relação entre o fenômeno e a essência do objeto (BASTOS, 2017), levando em consideração as vivências dos sujeitos. Ainda, a pesquisa pode ser considerada como um estudo etnossociológico, que busca abarcar o funcionamento de uma situação social (BERTAUX, 2010), nesse caso, os atingidos pela construção do reservatório de Oiticica. A fenomenologia busca entender os discursos sobre fenômenos observados e como este se mostra em diferentes aspectos: históricos, sociais, políticos, sentimentais e a partir das vivências individuais (NEVES; et. al., 2017), trabalhando sempre com o qualitativo, com o percebido, com os elementos que são relevantes para o contexto no qual o indivíduo está inserido.

A análise das entrevistas ocorreu de acordo com Bertaux (2010), que busca obter as informações sobre o objeto de estudo, consistindo em perguntas diretas e formuladas de modo que, nas respostas recebidas, se consigam as informações pertinentes, nesse caso através da percepção dos indivíduos.

Após as coletas das informações, aplicamos o método fenomenológico, expresso em Marleau-Ponty (1999), que trata da consciência perceptiva do homem em relação ao mundo vivido e seus fenômenos, através da cultura, emoções, meio ambiente, entre outros. Além de considerar a topofilia (TUAN, 1980), que trata do elo afetivo entre o indivíduo e o lugar.

As etapas percorridas pela fenomenologia consistem na redução, descrição e interpretação (NEVES; et. al., 2017). As narrativas obtidas foram transcritas e lidas diversas vezes, até que as descrições do vivido obtida a partir das falas dos entrevistados fizessem sentido e pudessem ser interpretadas (NEVES; et. al., 2017).

A partir da etapa descrita, chegamos às primeiras “Unidades de Significados” (NEVES; et. al., 2017, p.6), que, segundo Bicudo (2000, p.81), são “unidades de descrição ou do texto que fazem sentido para o pesquisador”. Assim sendo, essa etapa é pessoal, pois está sujeita a subjetividade de cada pesquisador. Posteriormente chegamos às fases da “Compreensão da Situação Relatada na Unidade” e da “Compreensão Ideográfica”, esta última baseada na compreensão da ideologia, que compõe o discurso do indivíduo e, por fim, chegamos à Compreensão Nomotética do conjunto dos sujeitos” (NEVES; et. al., 2017, p.6), que corresponde à interligação dos discursos individuais. Ainda, para dar embasamento as

discussões, autores como Benincá (2011), Ferreira (2012), Silva; Santos (2017) foram consultados.

Resultados e discussão

Os efeitos das barragens sobre a vida das pessoas não são devidamente medidos e reparados (BENINCÁ, 2011). De acordo com a Comissão Mundial de Barragens (CMB, 2000), os danos estão relacionados às condições de subsistência de pessoas que dependem do rio, o cadastro deficiente das pessoas a serem reassentadas, aqueles indivíduos que passaram pelo reassentamento, dificilmente têm seus meios de sustento restabelecidos e as indenizações quase sempre são inadequadas, por exemplo. Isso ocorre porque os programas de reassentamento estão voltados para a mudança geográfica das comunidades atingidas e ignoram os aspectos sociais, culturais e econômicos do processo.

De encontro à essa realidade, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) surge entre as décadas de 1970/80, durante a ditadura militar, no período de intensificação dos grandes projetos hidroelétricos, com o objetivo de garantir os direitos e as conquistas das populações atingidas por esses empreendimentos (FERREIRA, 2012), seja destinado à geração de energia ou para abastecimento e gerenciamento do uso da água.

No Brasil, o MAB calcula mais de um milhão de pessoas desapropriadas para a construção de barragens, sendo que a cada cem famílias atingidas, setenta delas têm seus direitos negados pelas empresas responsáveis (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2021). Essa realidade se aplica graças ao caráter patrimonialista do Estado, que considera atingido apenas o portador de documentação que comprove a propriedade da terra, não julgando a existência dos territórios usados, que estabelecem as relações de identidade, o “lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício de vida” (SANTOS, 2006, p.14).

São as empresas responsáveis pelas construções que definem quem são os atingidos, levando-se em consideração apenas as perdas físicas, quais seus direitos e como serão compensados (BENINCÁ, 2011). Para o MAB, é levada em consideração a complexa condição do atingido, com suas diferentes formas de ver estar na terra (FERREIRA, 2012), no entanto, para Failacce (1990), podem ser considerados como afetados, tanto as terras quanto as populações. Assim, podemos dizer que os atingidos são os indivíduos e organismos privados direta ou indiretamente de seu espaço de vivência, onde produzem e se relacionam com o meio, este, por sua vez, reflete as características físicas, socioeconômicas e culturais das sociedades que o concebe.

Em Barra de Santana, a mobilização dos atingidos tem início a partir da necessidade de priorizar os direitos das famílias, que habitam a área destinada à inundação do reservatório. A exemplo disso, enquanto os governantes usavam o discurso “de realização de um sonho” (SILVA; SANTOS, 2017), para justificar a implementação do projeto, os moradores de Barra de Santana eram surpreendidos pelo início das obras.

Os moradores relatam que não houve visitas prévias ao distrito ou mesmo à área destinada à inundação, desse modo, a empresa responsável pela execução da obra, o consórcio EIT/Encalso supervisionada pela KL Engenharia, não tinha conhecimento da existência do núcleo populacional, havia apenas a informação das propriedades rurais, estas que já estavam

no plano de indenização e no relatório de impactos ambientais, encomendado pela empresa responsável, contudo, os donos das terras também não foram informados da retomada da construção.

Em meio às obras, os atingidos conseguiram que os gestores municipais e estaduais dessem prioridade para o estabelecimento dos planos de indenização, construção da “nova” Barra de Santana e da agrovila. No entanto, à medida que as obras avançavam, a população não via as construções de sua nova localidade começar, essa situação despertou o sentimento de insegurança quanto ao futuro da comunidade e à necessidade de lutar pela garantia e preservação de seus direitos (SILVA; SANTOS, 2017).

Em 2014, com um terço da obra concluída, os moradores apresentavam de forma mais contundente suas insatisfações, dentre elas, o fato de que a população do distrito estava sentenciada a conviver com os impactos ambientais e com os riscos que provinham do canteiro de obras. Devido à construção da parede do reservatório e conseqüente desvio de um dos leitos do rio Piranhas-Açu, as estradas vicinais, muito usadas pelos moradores de Barra de Santana e de outras comunidades próximas, foram retraçadas, o que trouxe prejuízos ao comércio entre as comunidades, pois os desvios alongaram as distâncias entre elas.

As reuniões com a comunidade ocorreram na igreja ou no mercado público, onde muitos dos moradores ouvidos durante a pesquisa mencionaram que nesses encontros, as informações não são completas e ficam muitas lacunas. Uma das atingidas mencionou que a obra do reservatório é tratada como prioridade, enquanto a comunidade é tratada com descaso, sem ter suas demandas atendidas.

Os habitantes da área afetada pelo reservatório e seus parceiros (igreja, sindicatos e Comitê de Bacias Hidrográficas do Piancó-Piranhas-Açu), organizados na Comissão de Defesa dos Direitos dos Moradores Atingidos pela Obra da Barragem de Oiticica (CODEPEME), manifestaram suas insatisfações através de cartas destinadas aos governantes e reafirmaram, que não eram contra a construção, mas contra a negação de seus direitos.

Em resposta às insatisfações, a obra foi paralisada algumas vezes, para que o governo apresentasse os procedimentos necessários para atender as famílias atingidas. Os moradores insistiram na formulação de uma proposta com etapas e prazos para a construção e entrega do reassentamento. Além disso, a comunidade, através de acampamentos no canteiro de obras, buscava a realização de uma reunião para a escolha pública do local desejado para a execução da obra das novas moradias, pois o local proposto pelo governo não agradou a comunidade, que se sentiu prejudicada, tendo em vista que o lugar era distante da barragem. No Boletim Informativo n.1, destaca-se que:

Em 23 de Dezembro de 2013 foi realizada a consulta pública para a escolha da nova localização de Barra de Santana, sede distrital em Jucurutu, que será inundada pela Barragem Oiticica. Sua população, em votação livre e democrática escolheu a localidade de Sítio Paiol como a melhor localização para reassentar o povoado que hoje conta com cerca de 245 famílias residentes (Boletim Informativo, n.1, de janeiro de 2014).

Entre outras manifestações realizadas posteriormente, no ano de 2015, novamente o Movimento dos Atingidos pela Barragem de Oiticica fez acampamento no canteiro de obras (Figura 2), para reivindicar a retomada das negociações com o governo estadual sobre os

seguintes pontos: definição da data de desapropriação de área para a construção do novo cemitério de Barra de Santana, que está desativado desde 2013, quando as obras foram iniciadas, tendo em vista que esse fator impede a realização dos sepultamentos dos falecidos da comunidade; e cobranças pelos pagamentos das indenizações.

Figura 2: Acampamento na área da obra da Barragem de Oiticica.



Fonte: Marcos Dantas, 2015.

No entanto, após oito anos do início das obras, Oiticica e a nova Barra de Santana ainda não estão terminadas, os moradores ainda vivem com a expectativa da mudança, enquanto isso, eles enumeram as perdas econômicas e sociais. Relatam o abandono por parte do poder público, não é visível a presença da Prefeitura de Jucurutu na comunidade, esta que desde o início das obras não tem recebido políticas públicas, os moradores relatam a falta de melhorias, ações e garantias sociais para eles. Alguns comerciantes sentem o impacto da falta de investimento na localidade que espera pela remoção. A atividade agrícola, considerada essencial na área, está passando por dificuldades, os pequenos proprietários que continuam nas terras, mesmo desapropriadas, no regime conhecido como servidão administrativa e os que ainda não foram indenizados, não têm acesso ao crédito rural, por não terem mais a posse da terra, impossibilitando a produção e a criação do gado.

Alguns proprietários de terras desapropriadas já foram indenizados, outros ainda estão na espera e não sabem como será a vida até que o pagamento ocorra. Os moradores da área urbana da comunidade foram compensados de formas diferentes entre eles. Os donos de apenas uma moradia, ganharam outra em nova Barra de Santana; outros que optaram por mudarem-se receberam indenização ou venderam o imóvel, e o novo proprietário receberá a compensação; aqueles que tinham mais de uma casa receberam uma nova e a indenização pela outra, do mesmo modo aconteceu com os proprietários de pontos comerciais. Os moradores que eram inquilinos, ganharam uma casa, e as famílias conviventes (duas famílias na mesma moradia) ganharam um imóvel como compensação e um outro imóvel financiado pelo Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal. Foram 41 casas para inquilinos e conviventes, mas não abrangeu a todos, algumas famílias não conseguiram um imóvel. Apesar disso, os habitantes se dizem satisfeitos com as compensações, mesmo com as incertezas sobre as datas de mudança e pagamentos destas.

Os moradores destacam que foram muitas as lutas e insatisfações até o momento, mas reconhecem que a comunidade teve sucesso em algumas de suas reivindicações. O que pedem agora é a conclusão da obra do reassentamento para tomarem posse de seus bens, pois a única garantia deles é que a parede do reservatório (Figura 3) será fechada para iniciar o processo de inundação da área, apenas após a realocação da comunidade.

Figura 3: Trecho final da parede do reservatório que dá passagem ao rio.



Fonte: Mirrayla Lacerda, 2020.

É preciso destacar que a comunidade foi resistente à construção, no sentido de garantir os direitos e não contrária à execução da obra. Eles acreditam na importância do empreendimento para região, são conscientes da necessidade de reserva hídrica do semiárido, inclusive esperam que oportunidades se abram para a nova Barra de Santana, quando Oiticica estiver concluída. Claro que a percepção dos moradores não é a mesma do Estado. O primeiro observa o território como parte de sua construção como sujeito, e as mudanças provocadas nele têm um forte impacto em sua realidade; o segundo vê o território em seu caráter prático, com finalidade, um instrumento de produção e de organização do espaço, que materializa as ações do poder Estatal.

A velha e a nova Barra de Santana: sentimentos que se misturam

O território é o produto de ações históricas que se concretizam em diversos momentos e que ao serem sobrepostos geram diversas paisagens (SAQUET, 2009). Desse modo, não pode ser entendido como algo exterior aos povos que o habitam. O território, uma categoria política por natureza, contrasta e se cruza com os conceitos de lugar e paisagem (ARAÚJO, HAESBAERTH, 2007).

Ainda que a dimensão política tenha destaque, o território carrega toda a complexidade das relações de poder que nele se processam, é claramente caracterizado por um poder material e visível, ao mesmo tempo em que apresenta o poder exercido pelos diferentes grupos culturais, com seus simbolismos e imaginários. É no território que os indivíduos constroem suas memórias individuais, coletivas e históricas. Para Halbwachs (2006), a memória individual

existe a partir da memória coletiva, é, portanto, construída em grupo, e, nesse sentido, as lembranças, a história são vividas por cada pessoa que está relacionada a um contexto social.

Assim, para os atingidos por barragens, um dos maiores impactos é a privação de seu lugar. A população diretamente impactada tem seus direitos considerados como particulares, desse modo, devem ficar em segundo plano, pois, interesse público é mais importante (CAMILO, 2017). Esse processo de desterritorialização significa a perda de sua identidade coletiva e de suas memórias.

Os indivíduos ouvidos durante as entrevistas relatam que moram em Barra de Santana desde seu nascimento, é também desde esse período que escutam as histórias relacionadas à construção de Oiticica. O reservatório, antes de existir materialmente, já era parte do imaginário local, parte das “lendas” contadas pelos seus antecessores.

Assim, quando a barragem começa a sair do papel, tomar contornos e formas, os moradores começam a observar a realidade em seu entorno, eles percebem que suas vidas serão divididas entre antes e depois de Oiticica, na verdade, alguns deles apontam que já conseguem estabelecer essa comparação, por causa de todas as mudanças vivenciadas, durante esses oito anos de obras.

Os entrevistados afirmam que suas vidas eram baseadas na agricultura, na pesca, na criação de gado e de algumas atividades comerciais, memórias de uma típica organização social do interior. No entanto, após a construção se iniciar, as suas vivências passaram a estar condicionadas ao futuro, ao momento de realocação da comunidade. Segundo Halbwachs (2006), quando uma sociedade é exposta a uma mudança significativa, que contribui para sua modificação, ainda é possível encontrar os vestígios do que existia antes. Esses acontecimentos contribuem para que a memória tenha destaque na vida desse grupo.

Em Barra de Santana, os moradores procuram manter suas tradições, as festas e celebrações religiosas na igreja local (Figuras 4 e 5), que, segundo os moradores entrevistados, “mantém, ainda que pouco, rotina que existia em Barra antes da barragem começar a ser feita” (E04, 2021).

Figura 4: Igreja de Sant’Ana.



Fonte: Mirryla Lacerda, 2020.

Figura 5: Celebração da festa da padroeira.



Fonte: Bruno Fernandes, 2015.

A igreja da comunidade é também a sede das reuniões entre os moradores e os agentes públicos, para deliberar as melhores alternativas para os atingidos e para repassar as notícias

referentes ao empreendimento e sobre a conseqüente desapropriação da área. A entrevistada E14 afirma que, durante as reuniões, “a maioria só ouve, porque é só os grandes que falam”. Segundo ela, a população não ficou satisfeita com a obra, não por ser contra, pois a comunidade reconhece a importância da obra para todos, mas pelos moradores não serem ouvidos, por não obterem a garantia de seus direitos. Ela destaca ainda a dificuldade em “dar adeus” ao local que fez parte da sua construção enquanto ser social. O lugar que foi moradia de seus pais, dela própria e de seus filhos.

É nesse ponto que percebemos a importância da memória afetiva, alimentada por entre as gerações, também identificamos a grandiosidade da interferência na desterritorialização de Barra de Santana para seus moradores, esta que será sentida durante muitas décadas a frente. Pois, as memórias dos atingidos pela barragem de Oiticica irão permitir aos que não viveram o processo conhecer e compreender como o reservatório afetou a vida e as relações entre as pessoas e o território. Mesmo os mais jovens estão passando por essa experiência e acumulam em suas lembranças memórias coletivas e individuais desse processo.

A praça, as ruas, o mercado, o interior da igreja (Figuras 6, 7, 8 e 9 respectivamente) são imagens que estão gravadas na lembrança da população, “ver tudo encher de água não vai ser fácil” (E12, 2021). Enfrentar o rompimento das tradições, para construir tudo novamente, ainda sem saber quando, é motivo das complexas contradições expressas pelos moradores da comunidade. Eles esperam pela saída, mas sofrem por terem que sair.

Figura 6: Praça principal da comunidade.



Figura 7: Lateral direita da rua principal.



Fonte: Mirrayla Lacerda, 2020.

Figura 8: Mercado municipal.



Figura 9: Interior da igreja de Sant’Ana.



Fonte: Mirrayla Lacerda, 2020.

Outro ponto sensível aos moradores é o cemitério da comunidade. Desde 2013, ele encontra-se desativado, impossibilitando os habitantes de enterrar seus falecidos nas covas de suas famílias. O culto aos mortos é parte importante da cultura popular, o respeito às tradições passadas entre as gerações, como afirma Loureiro (1977, p. 11-12): “o culto aos mortos parecer ser, pois, o mais antigo conhecido pelo homem”. Durante muito tempo, os enterros ocorreram em Jucurutu ou nas cidades circunvizinhas, Jardim de Piranhas ou São Fernando, agora o cemitério localizado no reassentamento está aberto para os rituais de sepultamento. Os moradores destacam que o local está abandonado, tanto pela administração pública quanto por eles próprios (Figuras 10 e 11), pois não faz sentido cuidarem de algo que não vai mais estar ali. Eles aguardam a remoção dos restos mortais, para um local destinado à guarda do material no cemitério de nova Barra de Santana.

Figura 10: Visão externa do cemitério.



Figura 11: Estado degradado das sepulturas.



Fonte: Mirrayla Lacerda, 2020.

É preciso ressaltar que os moradores mais idosos não gostaram do novo cemitério, eles alegam que a construção foge das tradições, pois foram removidos itens cemiteriais importantes para o simbolismo do lugar, como a casa das almas, que é o local onde se pode acender velas para todos os falecidos; o cruzeiro, que fica no meio da construção, indicando a existência de um território sacro, influenciado pela religiosidade. O mais estranho para eles, no entanto, é a inexistência de covas de terra, o que impossibilita o enterro e a manutenção das concepções culturais dos mais antigos sobre o destino final dos corpos. Eles não se sentem representados por cemitérios nos quais a inumação é feita através de sepultamento, ou seja, em jazigos ou covas revestidas por concreto. Não tivemos acesso a imagens do novo campo santo, como também não pudemos entrar no local, para fazer os registros fotográficos, pois apenas os moradores têm acesso.

Dentre tantos relatos, é comum a todos o medo, pois eles conhecem a história da antiga São Rafael, que foi desapropriada para a construção da barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves (EARG), como aponta a Entrevistada 11 (2021) “medo de acontecer o mesmo que aconteceu em São Rafael”. Segundo Camilo (2017, p.48), “as narrativas revelam que fora um processo difícil e cheio de incertezas para a população. [...] isso se deu pelo fato não somente a cidade ter sido construídas as pressas, mas por não ter uma estrutura adequada [...]”, isso contribuiu para “uma segregação geográfica” (COSTA, 2010, p.194), pois o DNOCS não levou em consideração os números de indivíduos por família ou mesmo as áreas das casas antigas.

Justamente por esse motivo e por, entre outros fatores, observarem o descaso com suas necessidades, que os moradores começaram a mobilizarem-se, conseguindo que a nova Barra

de Santana tivesse um total de 227 moradias, sendo 186 permutadas, e 41 para o que eles denominam de inquilinos, pessoas que vivem em casas alugadas. A obra, segundo o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, João Maria Cavalcanti, em entrevista ao jornal Agora RN (2020), afirmou que é uma obra social dentro dos padrões técnicos, humanos e ambientais. A nova comunidade terá esgotamento sanitário moderno; água potável nas torneiras; calçamento; escola; unidades básicas de saúde; sede da associação; ginásio poliesportivo; igreja; campo de futebol; centro comercial; áreas específicas para comerciantes, indústria e serviços etc., além de área disponível para expansão (Figura 12).

Figura 12: Vista de cima da área de construção da nova Barra de Santana/RN.



Fonte: Dara Rosana (2021).

Ao contrário do que aconteceu no município de São Rafael, em que os moradores foram praticamente ignorados durante a construção do reservatório Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, os habitantes de Barra de Santana conseguiram através de lutas e protestos apoiados pelo CODEPEME, pelas igrejas, pelo Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC), pelo movimento sindical e social, o diálogo com o Governo Estadual e Federal, para as tomadas de decisões.

No entanto, alguns pontos são destacados, dentre eles, as áreas das propriedades, os moradores ressaltam que só serão compensados pela área construída, ponto que têm gerado insatisfação, pois algumas moradias têm terreno de “quintal”. Sobre as moradias, o entrevistado 12 relata que “muitas casas estão pequenas, não correspondem a área dos terrenos, área que não é coberta, não temos garantias de receber, porque eles não vão nem colocar cerca” (E12, 2021).

A empresa responsável por edificar a nova Barra de Santana, o Consórcio Solo/Penascal, apresentou aos atingidos cinco modelos de casas, estes que estariam de acordo com os tamanhos das residências antigas, no entanto, durante a medição e apresentação de documento de propriedade do imóvel, apenas a área construída foi contemplada nos projetos. Os moradores tiveram acesso apenas às plantas baixas e às imagens projetadas para as futuras fachadas, por esse motivo, após visitarem as obras, eles dizem que o projeto apresentado é diferente do que está construído, apontam erros nas construções, como proporção dos cômodos e a utilização de “pergolados” que desagradou a boa parte deles.

Em maio de 2019, o Governo do Estado celebrou distrato com a empresa responsável, por causa de várias falhas no processo de construção. Em reportagem do Jornal Tribuna do Norte, em julho de 2019, há relatos de que algumas moradias estavam desabando apenas com o vento. As obras foram paralisadas e retomadas em dezembro do mesmo ano, sob comando da EIT Engenharia, que ficou responsável pela conclusão da obra e reforma das casas irregulares. Contudo, alguns imóveis precisam de reforma antes da entrega, pois devido à demora na entrega para a comunidade, isso aumenta a insegurança dos atingidos em sair de Barra de Santana.

Em relação às indenizações, elas acontecem de forma irregular. Moradores relatam que alguns já foram contemplados com o pagamento, outros ainda não sabem quando irão receber, principalmente os comerciantes, pois aguardam a indenização de suas mercadorias e o novo local de seu ponto de venda, sem saber do tamanho do prédio e se terão direito a ampliar os espaços.

A percepção dos moradores de Barra de Santana quanto ao processo de realocação da comunidade

Segundo Tuan (1980), a percepção envolve a resposta dos sentidos aos estímulos externos, em que alguns dos fenômenos são registrados enquanto outros são bloqueados. Para o homem, a percepção pode ser expressa pela proporção entre objeto e significado (VYGOTSKY, 1984). Assim, podemos entender que depende do objeto e do significado deste para o indivíduo. E quanto ao lugar, o homem o percebe de acordo com as suas vivências, emoções e relações, construída sua identidade, que implica a cada indivíduo uma concepção singular dessa porção do espaço. Para Tuan (1983, p.3), “o lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”, nesse sentido, o lugar é onde nos sentimos pertencentes.

Ao serem expropriados, os atingidos passarão por um processo de ruptura com seu lugar, com seus vínculos, mas não com suas memórias, que farão parte do patrimônio imagético da comunidade. Contudo, ao mesmo tempo em que se deixa de reproduzir suas relações em Barra de Santana, os moradores já orquestram o processo de produção de seu novo lugar, com suas (re)territorialidades. As memórias da antiga Barra de Santana, continuarão contendo a afetividade, transmitindo informações e sentimentos que foram acumulados pelos sujeitos.

O significado de Barra de Santana, para cada um dos entrevistados, é mesclado por inúmeras nuances. Pois, quando perguntados se estão satisfeitos com as mudanças, os sentimentos se dividem, alguns moradores se dizem satisfeitos e ansiosos para ir para a nova Barra, como costumam chamar, ao mesmo tempo que o saudosismo estufa o peito.

Assim, dizer que estão satisfeitos não exclui o sentimento de pertença, a identidade cultural dos atingidos, pelo contrário, eles são motivados pelo contexto atual, alguns dos entrevistados haviam perdido parentes para a Covid-19, eles ainda estão no processo de enfrentamento do luto, da perda, e ir para a nova Barra de Santana significa recomeçar em um lugar que possibilitará a eles novos sentimentos. Eles têm esperança de que as coisas irão melhorar, de que a comunidade vai crescer, que haverá maiores oportunidades para o desenvolvimento do comércio, impulsionado pelas atividades turísticas que o reservatório de Oiticica propiciará ao ser concluído e integrado ao São Francisco.

Os 60% dos entrevistados, que não se consideram satisfeitos, relatam a perda material e imaterial de suas histórias, consideram que as indenizações e/ou as compensações não preveem as questões identitárias, os sentimentos, as histórias não serão recuperadas, para eles o passado será inundado pela barragem, e a água vai levar o que foi vivido. No entanto, os atingidos não são contrários à obra. O que observamos é uma diferença no discurso. Do total de entrevistados, 27% afirmaram que a comunidade não ofereceu resistência à implantação da barragem na área; enquanto 73% confirmam que os moradores se opuseram. A minoria estava observando apenas a barragem, a maioria estava voltada para a representação reservatório no seu contexto, que é manter seus direitos.

A comunidade de Barra de Santana aceita a barragem, eles sabem da importância do reservatório para o semiárido. Assim, como para todo nordestino, para eles a água significa riqueza, prosperidade, manutenção de suas atividades essenciais, dessa forma eles compreendem a magnitude do empreendimento. Mas a não conclusão da barragem é a garantia que eles têm de que seus direitos serão mantidos. Na visão deles, se a obra for terminada antes da finalização da nova Barra de Santana e concretização da mudança de todos, o Estado não cumprirá os acordos estabelecidos com o movimento.

Considerações finais

As análises dessa pesquisa foram pautadas em conhecer a percepção dos moradores de Barra de Santana sobre os impactos sociais, econômicos e culturais originados a partir da construção do reservatório de Oiticica, que há mais de sete décadas permeia o imaginário seridoense, em especial da população do distrito.

Os conflitos ocasionados por esses grandes empreendimentos e o papel que as populações desempenham no processo de modificação das áreas ao seu entorno colaboram para destruição de seus modos de vida e de suas interações, submersão de seu patrimônio material e imaterial, que é resultado das relações de afetividade e culturalidade expressas, são complexos. Ao ponto que nos remetem à dualidade de discurso sobre a relevância das barragens para nossa sociedade e o que elas causam de fato. De um lado, a fala desenvolvimentista do governo, do outro uma população que se sente dividida entre os benefícios proporcionados pela construção da barragem e os impactos que a construção provoca em suas realidades.

Ao longo de várias décadas, o Brasil investiu nesse tipo de empreendimento, principalmente na região Nordeste, sustentado pelo discurso de garantir a promoção e o gerenciamento do abastecimento das áreas afetadas pelas frequentes secas, para servir ao modelo energético do país.

Inúmeros benefícios podem ser visualizados a partir da implementação dessas obras de engenharia civil, no Nordeste, os paredões de concreto que barram os rios, os perenizam e trazem esperança para os sertanejos de um ano com água, para uso pessoal e para suas atividades econômicas. Por outro lado, ocasionam a desterritorialização de comunidades em detrimento das obras, a exemplo: Jaguaribara/CE, São Rafael/RN e Barra de Santana/RN; provocam perdas materiais e imateriais, essas últimas quase nunca são levadas em consideração; no entanto, são os bens impossíveis de atribuir valor monetário.

O não cumprimento dos prazos para finalização e para a entrega das obras é um problema à parte. A população que espera para ser reassentada fica mais vulnerável a doenças de ordem

psicológica, como ansiedade, depressão, transtornos do sono, por exemplo, devido a prolongada espera que acaba acarretando mais problemas financeiros, de segurança, de saúde e de infraestrutura, pois as cidades que vão ser inundadas vivenciam um processo de esquecimento anterior ao momento da entrega dos empreendimentos. Mulheres e idosos, por serem mais emotivos, tendem a desenvolver mais problemas emocionais do que o restante da população.

Nesse sentido, se observa que não há apoio psicológico para as populações reassentadas, em nenhuma fase do projeto. Em Barra de Santana, a comunidade nem estava no mapa da obra, tudo foi conquistado através de lutas, de protestos, mas a população ainda amarga situações negativas como a falta de segurança, de apoio público, de saúde, de assistência social e psicológica, além da certeza de que suas histórias estarão fragmentadas.

Referências

AGORA RN. **Governadora entrega projeto de construção da Nova Barra de Santana, em Jucurutu.** Natal: Jornal Agora RN, 2020. Disponível em:

<https://agorarn.com.br/ultimas/governo-do-estado-entrega-projeto-de-construcao-da-novabarra-de-santana/>. Acesso em: 12 mai. 2021

ARAUJO, F. G. B de.; HAESBAERT, R. (org.) **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Access, 2007, 136 p.

AZEVEDO, C. L.; THÉ, A. P. G.; SANTOS, R. S. dos.; OLIVEIRA, R. E. de. **Terras e tradições revolvidas: impactos da construção da UHE de Irapé, nas tradições religiosas, culturais e relações de parentesco dos povos compulsoriamente deslocados para Araras.** Revista Cerrados, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 240-259, 2018. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/1262>. Acesso em: 2 mai. 2021.

BASTOS, C. C. B. C. **Pesquisa qualitativa de base fenomenológica e análise da estrutura do fenômeno situado: algumas contribuições.** Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 442-451, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/156>. Acesso em: 13 mai. 2020.

BENINCÁ, D. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens.** São Paulo: Cortez, 2011.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos.** 2. ed. São Paulo/Natal: EDUFRRN, 2010.

BICUDO, M. A. V. **Fenomenologia: Confronte e Avanços.** São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021. 94

BUFFON, A. D.; MARTINS, M. R.; NEVES, M. C. D. A fenomenologia como procedimento metodológico em pesquisa qualitativa na formação de professores. In: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 11., 2017, Florianópolis.

Anais [...] Florianópolis: UFSC, 2017, p. 1-8. Disponível em:

<http://abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R0401-1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CAMILO, K. T. G. **Construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves**: divisor de águas na história do município de São Rafael/RN. 2019. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019.

CASTRO, B. L. G. e. **Geografia e poder, um ensaio sobre a evolução teórica da geopolítica**. 2011. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e desenvolvimento**: um novo modelo para tomada de decisões - um sumário. Londres: Earthscan, 2000.

COSTA, D. A. **São Rafael**: a história da cidade que o progresso naufragou. Jucurutu: Gráfica S. Expedido, 2010.

DANTAS, M. **Imagem do acampamento na área da obra da Barragem de Oiticica**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2015/01/governo-do-rnfaz-apelo-mas-obra-da-barragem-de-oiticica-segue-ocupada.html>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FAILLACE, S. **Comunidade, Etnia e Religião**: um Estudo de Caso na Barragem de Itá (RS/SC). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

FERNANDES, B. **Imagem da festa da padroeira de Barra de Santana**. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/BarraDeSantanaJucurutu/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FERREIRA, A. R. de L. **Investigando a concepção de formação política na luta por direitos da coletividade dos atingidos por barragens**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11638>. Acesso em: 5 mai. 2021.

HAESBAERT, R. Território, cultura e des-territorialização. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p.115-144.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. LOUREIRO, M. A. S. Origem histórica dos cemitérios. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras, 1977, 99 p.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. Martins Fontes: São Paulo, 1999.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE OITICICA. Jucurutu-RN. **Boletim Informativo**, n.1, jan., 2014.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **O modelo energético e a violação dos Direitos Humanos**. MAB, 2021. Disponível em:

<https://mab.org.br/wpcontent/uploads/2021/02/O-modelo-energetico-e-a-violacao-dos-direitos-humanos.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

SAÏD, E. **Narrative and Geography**. New Left Review, Londres, n.180, p.81-100, 1990.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. p.13-21.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In.: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2009, p. 73-94.

SILVA, M. C.; SANTOS, J. S. Água e conflito: o movimento do(a)s atingidos e a Barragem de Oiticica (Jucurutu/RN). **Revista GeoInterações**, Assú, v.1, n.2, p.3-29, 2017. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RGI/article/view/1078>. Acesso em: 4 mai. 2021.

TRIBUNA DO NORTE. **Barra de Santana é retomada**. Natal: Tribuna do Norte, 18 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/barra-desantana-a-retomada/467566>. Acesso em: 2 mai. 2021.

TRIBUNA DO NORTE. **Obra enfrenta judicialização**. Natal: Tribuna do Norte, 2019. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/obra-enfrenta-judicializacao/453998>. Acesso em: 4 mai. 2021.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Y. F. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.

VYGOTSKY, L.S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Submissão: 01/2022

Aceite: 01/2022